

2012

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
DEMONSTRATIVOS E PARECERES



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011
Disponível		742	215
Realizável		756.224	707.542
Gestão previdencial	4	147.091	150.924
Gestão administrativa	5	1.013	930
Investimentos	6	608.120	555.688
Créditos privados e depósitos		21.879	20.689
Ações		8.334	16.735
Fundos de investimento		534.205	487.847
Investimentos imobiliários		26.413	13.640
Empréstimos		17.289	16.777
Permanente		162	158
Imobilizado	7	162	158
Gestão assistencial	8	269	263
Total do ativo		757.397	708.178
Passivo	Nota	2012	2011
Exigível operacional	9	2.801	2.490
Gestão previdencial		1.873	1.722
Gestão administrativa		693	687
Investimentos		235	81
Exigível contingencial	10	1.868	1.331
Gestão previdencial		1.868	1.331
Patrimônio social		752.459	704.094
Patrimônio de cobertura do plano	11	737.282	691.868
Provisões matemáticas		768.270	719.905
Benefícios concedidos		600.235	551.114
Benefícios a conceder		168.035	168.791
Equilíbrio técnico		(30.988)	(28.037)
(-) Déficit técnico acumulado		(30.988)	(28.037)
Fundos	12	15.177	12.226
Fundos previdenciais		4.807	3.151
Fundos administrativos		5.994	5.532
Fundos dos investimentos		4.376	3.543
Gestão assistencial		269	263
Total do passivo		757.397	708.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio social - Início do exercício	704.094	679.922	4
Adições	134.936	92.492	46
Contribuições previdenciais	54.414	39.384	38
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	75.422	48.450	56
Receitas administrativas	3.868	3.186	21
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	399	506	(21)
Reversão de contingências - Gestão administrativa	-	18	-
Constituição de fundos de investimentos	833	948	(12)
Destinações	(86.570)	(68.320)	27
Benefícios	(82.216)	(64.548)	27
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(549)	(607)	(10)
Despesas administrativas	(3.805)	(3.165)	20
Acréscimo/decréscimo no patrimônio social	48.366	24.171	100
Provisões matemáticas	48.365	28.435	70
Fundos previdenciais	1.657	997	66
Fundos administrativos	462	544	(15)
Fundos dos investimentos	833	948	(12)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.951)	(6.753)	(56)
Patrimônio social - Final do exercício	752.460	704.094	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	5.532	4.988	11
Custeio da gestão administrativa	4.267	3.710	15
Receitas	4.267	3.710	15
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.744	2.488	10
Custeio administrativo dos investimentos	956	514	86
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	162	162	0
Resultado positivo dos investimentos	399	506	(21)
Reversão de contingências	-	18	(100)
Outras receitas	6	22	(73)
Despesas administrativas	(3.805)	(3.166)	20
Administração previdencial	(1.976)	(1.673)	18
Pessoal e encargos	(760)	(662)	15
Treinamentos/congressos e seminários	(15)	(19)	(19)
Viagens e estadias	(66)	(62)	7
Serviços de terceiros	(585)	(414)	41
Despesas gerais	(525)	(488)	8
Depreciações e amortizações	(24)	(28)	(14)
Administração dos investimentos	(1.829)	(1.493)	22
Pessoal e encargos	(716)	(623)	15
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(21)	2
Viagens e estadias	(100)	(85)	18
Serviços de terceiros	(525)	(329)	60
Despesas gerais	(443)	(408)	8
Depreciações e amortizações	(24)	(27)	(13)
Sobra (insuficiência) da gestão administrativa	462	544	(15)
Constituição (reversão) do fundo administrativo	462	544	(15)
Fundo administrativo do exercício atual	5.994	5.532	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS – BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Ativos	656.515	625.073	5
Disponível	520	66	688
Recebível	148.578	152.583	(3)
Investimento	507.417	472.424	7
Créditos privados e depósitos	20.841	19.719	6
Ações	8.334	16.734	(50)
Fundos de investimento	438.303	408.942	7
Investimentos imobiliários	26.413	13.640	94
Empréstimos	13.526	13.389	1
Obrigações	3.755	2.960	27
Operacional	1.887	1.629	16
Contingencial	1.868	1.331	40
Fundos não previdenciais	6.692	6.046	11
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	3.673	3.027	21
Ativo líquido	646.068	616.067	5
Provisões matemáticas	677.056	644.104	5
Superávit (déficit) técnico	(30.988)	(28.037)	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	616.067	599.768	3
Adições	97.313	77.795	25
Contribuições	35.116	35.338	(1)
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	62.197	42.457	46
Destinações	(67.312)	(61.496)	9
Benefícios	(65.141)	(59.372)	10
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(549)	(607)	(10)
Custeio administrativo	(1.621)	(1.517)	7
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	30.001	16.299	84
Provisões matemáticas	32.953	23.052	43
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.951)	(6.753)	(56)
Ativo líquido - Final do exercício	646.068	616.067	5
Fundos não previdenciais	6.692	6.046	11
Fundos administrativos	3.019	3.019	0
Fundos dos investimentos	3.673	3.027	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Varição (%)
Ativos	99.920	82.155	22
Disponível	205	82	150
Recebível	4.507	3.873	16
Investimento	95.207	78.200	22
Créditos privados e depósitos	1.038	970	7
Fundos de investimento	90.407	73.842	22
Empréstimos	3.763	3.388	11
Obrigações	222	174	28
Operacional	222	174	28
Fundos não previdenciais	3.677	3.030	21
Fundos administrativos	2.974	2.513	18
Fundos dos investimentos	703	517	36
Ativo líquido	96.021	78.951	22
Provisões matemáticas	91.214	75.801	20
Fundos previdenciais	4.807	3.150	53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	78.951	72.571	9
Adições	35.267	12.527	182
Contribuições	22.041	6.535	237
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	13.226	5.992	121
Destinações	(18.197)	(6.146)	196
Benefícios	(17.075)	(5.175)	230
Custeio administrativo	(1.122)	(971)	16
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	17.070	6.380	168
Provisões matemáticas	15.158	5.383	182
Fundos previdenciais	1.912	997	92
Ativo líquido - Final do exercício	96.021	78.951	22
Fundos não previdenciais	3.677	3.030	21
Fundos administrativos	2.974	2.513	18
Fundos dos investimentos	703	517	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Varição (%)
Patrimônio de cobertura do plano	646.068	616.067	5
Provisões matemáticas	677.056	644.104	5
Benefícios concedidos	589.916	550.658	7
Benefício definido	589.916	550.658	7
Benefício a conceder	87.140	93.446	(7)
Benefício definido	87.140	93.446	(7)
Equilíbrio técnico	(30.988)	(28.037)	11
Resultados realizados	(30.988)	(28.037)	11
(-) Déficit técnico acumulado	(30.988)	(28.037)	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de Reais)

	2012	2011	Varição (%)
Patrimônio de cobertura do plano	91.214	75.801	20
Provisões matemáticas	91.214	75.801	20
Benefícios concedidos	10.319	456	2.163
Contribuição definida	10.319	456	2.163
Benefício a conceder	80.894	75.345	7
Contribuição definida	80.894	75.345	7
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)	46.645	48.702	(4)
Saldo de contas - Parcela participantes	34.249	26.643	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1 Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” e ou “Entidade”) é uma Entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Boa Vista, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de Pensão por Morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS. Nos exercícios de 2012 e 2011, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o Custeio Administrativo e o Fundo de Risco;
- Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinaados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 3,38% até 40,29% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 10,41% para ativos e autopatrocinaados e de 10,25% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinaados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e nº 3.846 de 25 de março de 2010, ambas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

- A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade possuía um total de 4.918 (4.851 em 2011) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Benefício definido	599	662	2.290	2.287	833	813	3.722	3.762
Contribuição definida	1.158	1.063	35	23	3	3	1.196	1.089
	1.757	1.725	2.325	2.310	836	816	4.918	4.851

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a novembro de 2012, mês base para avaliação atuarial.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, a qual revoga a CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC nº 1, de 16 de março de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

As demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

- **Gestão previdencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Gestão administrativa** - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- **Gestão assistencial** - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.
- **Fluxo dos investimentos** - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 12 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua operação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

a. Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência.

b. Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

1. Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

iii. Provisão para contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial este deve ser registrado no ativo realizável em decorrência da alteração determinada na Instrução MPS-PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011.

iv. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

Benefícios concedidos - Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.

Benefícios a conceder - Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

d. Ativo realizável - fluxo dos investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

i. Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela “curva do papel”). A PREVIC permite que as entidades fechadas de previdência complementar que possuam títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos marcados “pela curva do papel”, sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor.

ii. Ações e fundos de investimentos de ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados esses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado.

iii. Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e. Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 6% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 48 meses, podendo ser concedidos para os Ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

f. Imobilizado - (Permanente)

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e Licença de uso.

g. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

Receitas - Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;

Despesas específicas - Alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas comuns - Utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está composta conforme discriminado a seguir:

	2012	2011
Contribuições do mês - Patrocinador (a)	2.011	1.744
Contribuições do mês - Participantes (b)	993	924
Contribuições contratadas - Patrocinador (c)	143.029	147.262
Outros recursos a receber	648	629
Adiantamentos	11	1
Depósitos judiciais/recursais	292	264
Outros realizáveis	107	100
	147.091	150.924

- (a) Contribuição do mês – patrocinador: A partir de 2011 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na legislação.
- (b) Contribuição do mês – participante: A partir de 2011 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na legislação.
- (c) Contribuições contratadas – patrocinador: Decorre de um contrato de dívida referente à descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos – BD, celebrado em 19 de setembro de 2001, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003 no valor de R\$ 62.357, cujo valor está sendo amortizado em 192 parcelas mensais, desde 26 de janeiro de 2008 sendo a última parcela em 26 de dezembro de 2023. Este contrato é atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano. A garantia da Dívida encontra-se prevista na cláusula Oitava do Instrumento Contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Fundação Credora, em havendo qualquer atraso no pagamento.

Comparativo dos saldos de valores contratados:

	2012	2011
Saldo no início do período	147.262	150.255
Parcela do período	(21.134)	(21.023)
Atualização	16.901	18.030
Saldo no final do período	143.029	147.262
Inadimplência do período	-	-

5 Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	2012	2011
Contribuições para custeio - Patrocinador	298	267
Contribuições para custeio - Participantes	145	99
Responsabilidade de empregados	27	10
Responsabilidade de terceiros	38	48
Outros recursos a receber	75	65
Despesas antecipadas	1	1
Outros realizáveis – Impostos a recuperar	54	49
Outros realizáveis - Valores a receber transferidos	375	391
	1.013	930

6 Realizável dos investimentos - (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

	2012	2011
Títulos para negociação		
Créditos privados e depósitos		
Companhias abertas		
Gafisa S.A.	3.370	3.151
Total de créditos privados e depósitos	3.370	3.151
Ações		
Companhias abertas		
Brasil Telecom S.A.	-	5
Outros emissores		
CIA. Vale do Rio Doce	-	2
Shopping Center Tacaruna S.A.	8.334	16.728
Total de ações	8.334	16.735
Fundos de investimento		
Renda fixa		
HSBC FI RF ALM BD	16.980	3.849
BB Institucional Federal	5.495	5.064
Ações		
Ennesa FIA	9.324	9.325
Fator Sinergia III	-	1.129
Fator Sinergia IV	8.383	6.260
HSBC Celpos Calhetas FIA	35.929	32.916
Itaú RPI Ações IBOVESPA Ativo FI	2.430	1.952
Mellon Capibaribe FIA	34.256	31.181
Mellon Income FIA	4.460	3.709
Sul América Expertise FIA	6.642	1.815
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	65.684	69.080
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	70.168	51.567
BB Itamaraca FIM LP	17.769	41.718
Participações		
Rio Bravo Energia I - FIP	2.534	1.565
Imobiliário		
Panamby	6.114	5.809
Geo Guararapes	167	151
Shopping Guararapes	1.198	1.198
Total de fundos de investimento	287.533	268.288
Total de títulos para negociação	299.237	288.174

	2012	2011
Títulos mantidos até o vencimento		
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	18.509	17.538
Total de créditos privados e depósitos	18.509	17.538
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
HSBC FI RF ALM BD	246.672	219.559
Total de fundos de investimento	246.672	219.559
Total de títulos mantidos até o vencimento	265.181	237.097
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	26.388	13.623
Outros investimentos imobiliários	25	17
Total de investimentos imobiliários	26.413	13.640
Operações com participantes - Empréstimos	17.289	16.777
Total dos investimentos	608.120	555.688

Abaixo são apresentados os fatos relevantes ocorridos no exercício de 2012 para os Investimentos:

Em 2011 constavam em nossos relatórios 1.993 Debêntures do Shopping Center Tacaruna. Em 2012 para atender as determinações da PREVIC, efetuamos a permuta de 1.193 debêntures para o Segmento de Investimentos Imobiliários. Com isso, encerramos o ano 2012 com o saldo de 835 Debêntures do Shopping Center Tacaruna.

As debêntures de emissão do Shopping Center Tacaruna S/A apesar de serem indexadas pelo IGPM, a precificação está baseada na avaliação econômico financeira do empreendimento no valor de R\$ 8.334 e não pelo valor de emissão corrigido pelo IGPM que corresponde a R\$ 8.699, devido ao lastro destas debêntures ser o próprio Shopping Center. Conforme a escritura de emissão, essas debêntures são remuneradas mensalmente pela Receita Operacional Disponível (RODI) do Shopping.

Em 2012 o empreendimento Shopping Center Tacaruna foi reavaliado e a empresa responsável pela prestação foi a Consult Soluções Patrimoniais.

O Fundo Fator Sinergia III atendendo as suas características quanto ao prazo de vencimento, determinado em regulamento, foi totalmente resgatado em março/2012, no valor total de R\$ 492.276.

O Fundo Rio Bravo Energia I – FIP continua em período de investimento. Em 2012, houve 04 chamadas de capital, totalizando investimento no valor de R\$ 900. Em relação ao montante comprometido de R\$ 4.000, já foram aportados o valor de R\$ 1.600.

Em 2011 constava em nossa carteira própria 445 ações da Brasil Telecom. Em fevereiro de 2012 efetuamos transferência total das ações para o Fundo de Investimento Exclusivo CELPOS Calhetas FIA.

Plano BD

Em março/2012 houve a aquisição de NTN-F com vencimento para o ano de 2023 junto ao fundo exclusivo HSBC ALM BD.

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 a composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2012:

a. *Títulos para negociação*

	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado Plano BD	Valor de mercado Celpos CD	Valor de mercado PGA	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Notas do Tesouro Nacional - Série C	998	1.094	3.238	3.238	-	-	2017
Operações Compromissadas NTN-F-O	12.737	13.740	13.744	13.744	-	-	2013
Contas a Pagar/Receber			(2)	(2)	-	-	
Sub Total		14.834	16.980	16.980			
Santander FI Eletron Multimercado							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	4.675	22.048	25.468	4.743	20.725	-	2013 a 2015
Letras do Tesouro Nacional	1.200	853	1.033	192	841	-	2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	9.236	20.976	25.049	4.665	20.384	-	2013 a 2050
Operações Compromissadas LTN-O	3655	3.108	3.109	579	2.530	-	2013
Títulos Privados							
CDB	2.797	2.797	2.822	526	2.296	-	2013
Debêntures	930	4.321	4.642	864	3.778	-	2013 a 2022
Letras Financeiras	2	2.000	2.313	431	1.882	-	2013
Letras Financeiras Subordinada	4	1.200	1.236	230	1.006	-	2022
Contas a Pagar/Receber			12	2	10	-	
Sub Total		57.303	65.684	12.232	53.452	-	
Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	2.018	10.776	10.994	8.415	2.579	-	2013
Letras do Tesouro Nacional	1.900	1.446	1.784	1.366	418	-	2013 a 2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	8.179	19.140	22.113	16.926	5.187	-	2013 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	5.918	15.286	15.296	11.708	3.588	-	2013
Títulos Privados							
CDB	3.407	3.746	5.034	3.853	1.181	-	2016
Debêntures	55.961	7.017	7.983	6.110	1.873	-	2016 a 2024
Letras Financeiras	9	5.500	6.334	4.848	1.486	-	2013
Letras Financeiras Subordinadas	2	600	625	478	147	-	2022
Contas a Pagar/Receber			5	4	1	-	
Sub Total		63.511	70.168	53.708	16.460	-	
BB Itamaraca FIM LP							
Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	1.876	8.310	10.220	10.220	-	-	2013
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.514	5.962	6.863	6.863	-	-	2014 a 2050
Operações Compromissadas LFT-O	82	446	446	446	-	-	2013
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	238	238	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber			2	2	-	-	
Sub Total		14.918	17.769	17.769	-	-	

HSBC Celpos Calhetas FIA

Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	486	2.604	2.648	2.389	259	-	2013 a 2015
Cotas de Fundos de Investimentos	30.170.687	-	33.097	29.863	3.234	-	
Contas a Pagar/Receber			184	166	18	-	
Sub Total		2.604	35.929	32.418	3.511	-	

Mellon Capibaribe FIA

Títulos Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro	57	281	311	292	19	-	2013
Operações Compromissadas LTN-O	1.399	1.190	1.190	1.121	69	-	2013
Ações	1.720.577	31.973	32.550	30.652	1.898	-	
Contas a Pagar/Receber		-	205	193	12	-	
Sub Total		33.444	34.256	32.258	1.998	-	

Carteira própria

Fundos de investimentos							
BB Institucional Federal		4.762	5.495	-	-	5.495	
Ennesa FIA		2.288	9.324	9.324	-	-	
Fator Sinergia IV		6.436	8.383	4.503	3.880	-	
Itaú RPI Ações IBOVESPA		2.072	2.430	-	2.430	-	
Mellon Income FIA		3.923	4.460	967	3.493	-	
Sul América Expertise FIA		5.067	6.642	1.457	5.185	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		2.500	2.534	2.534	-	-	
FII - Panamby		2.238	6.114	6.114	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	167	167	-	-	
FII - Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Sub total		35.575	46.747	26.264	14.988	5.495	

Créditos Privados e Depósitos

Gafisa S.A.	2.890	2.911	3.370	2.332	1.038	-	15/10/2016
Sub Total		2.911	3.370	2.332	1.038	-	

Ações

Outros Emissores							
Shopping Tacaruna S.A.	835	3.814	8.334	8.334	-	-	08/07/2020
Sub Total		3.814	8.334	8.334	-	-	
Total da carteira própria		42.300	58.451	36.930	16.026	5.495	
Total dos títulos para negociação		228.914	299.237	202.295	91.447	5.495	

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima.

Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia.

As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia.

Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b. Títulos mantidos a vencimento

	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/12 Consolidado	Valor em 31/12/12 Plano BD	Valor em 31/12/2012 Celpos CD	Valor de Mercado (*)	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
Letras do Tesouro Nacional	3.200	2.475	3.107	3.107	-	3.148	01/04/2013
Sub total		2.475	3.107	3.107	-	3.148	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.531	3.436	5.318	5.318	-	6.195	15/05/2015
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.516	5.489	7.393	7.393	-	8.975	15/05/2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.290	22.598	25.003	25.003	-	30.471	15/08/2020
Notas do Tesouro Nacional - Série B	12.688	16.722	24.526	24.526	-	35.444	15/08/2024
Notas do Tesouro Nacional - Série B	7.819	15.742	17.375	17.375	-	22.589	15/08/2030
Notas do Tesouro Nacional - Série B	39.107	59.407	76.637	76.637	-	114.088	15/05/2035
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.893	6.004	6.476	6.476	-	8.771	15/08/2040
Notas do Tesouro Nacional - Série B	31.271	51.868	62.335	62.335	-	95.681	15/05/2045
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.933	6.369	6.802	6.802	-	9.225	15/08/2050
Sub total		187.635	231.865	231.865	-	331.439	
Notas do Tesouro Nacional - Série F	11.700	11.468	11.700	11.700	-	12.889	01/01/2023
Sub total		11.468	11.700	11.700	-	12.889	
Total - Títulos públicos		201.578	246.672	246.672		347.476	
Carteira própria							
Créditos Privados e Depósitos							
Companhias Abertas							
BNDES Participações S.A.	13.500	13.500	18.509	18.509		19.145	15/08/2013
Sub total		13.500	18.509	18.509		19.145	
Total dos títulos mantidos a vencimento		215.078	265.181	265.181		366.621	

(*) PU de Mercado divulgado pela ANDIMA.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo HSBC FI ALM BD, sendo composto por títulos públicos (LTN, NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2013 a 2050, e na Carteira Própria da CELPOS, temos a Debênture BNDESPAR com vencimento para 15 de agosto de 2013.

De acordo com o estudo de ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a administração da Entidade decidiu manter as aplicações em LTN e NTN-B em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 6% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

c. **Composição dos títulos por vencimento**

Descrição		Plano BD		
		Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação	Créditos Privados e Depósitos	-	-	2.332
	Ações			8.334
	Fundos de Investimentos	138.658	9.259	43.712
Títulos mantidos até o vencimento	Créditos Privados e Depósitos		18.509	
	Fundos de Investimentos		-	246.672
Investimentos Imobiliários		26.413		
Operações com Participantes (Empréstimos)			-	13.526
Total dos títulos por vencimento		165.071	27.768	314.576

Descrição		Plano CD		
		Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação	Créditos Privados e Depósitos	-	-	1.038
	Ações			
	Fundos de Investimentos	44.234	11.352	34.823
Títulos mantidos até o vencimento	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
	Fundos de Investimentos	-	-	-
Investimentos Imobiliários		-	-	-
Operações com Participantes (Empréstimos)		-	-	3.763
Total dos títulos por vencimento		44.234	11.352	39.624

Descrição		Plano PGA		
		Sem Vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
	Ações	-	-	-
	Fundos de Investimentos	5.495	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
	Fundos de Investimentos	-	-	-
Investimentos Imobiliários		-	-	-
Operações com Participantes (Empréstimos)		-	-	-
Total dos títulos por vencimento		5.495		

Descrição		Total
Títulos para negociação	Créditos Privados e Depósitos	3.370
	Ações	8.334
	Fundos de Investimentos	287.533
Títulos mantidos até o vencimento	Créditos Privados e Depósitos	18.509
	Fundos de Investimentos	246.672
Investimentos Imobiliários		26.413
Operações com Participantes (Empréstimos)		17.289
Total dos títulos por vencimento		608.120

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em Fundos de Investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2012	2011
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Notas do Tesouro Nacional - Série C	3.238	2.708
Operações compromissadas LTN-O	-	1.145
Operações compromissadas NTN-F-O	13.744	-
	16.982	3.853
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(2)	(4)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Letras do Tesouro Nacional	3.107	2.753
Notas do Tesouro Nacional - Série B	231.865	216.806
Notas do Tesouro Nacional - Série F	11.700	-
	246.672	219.559
	263.652	223.408
Santander FI Eletron Multimercado		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	25.468	32.374
Letras do Tesouro Nacional	1.033	879
Notas do Tesouro Nacional - Série B	25.049	17.737
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	2.768
Operações Compromissadas LTN-O	3.109	4.833
	54.659	58.591
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Banco Santander S.A.	2.515	5.041
Banco Votorantim	307	310
Letras Financeiras		
Banco Itaú S.A.	2.313	2.122
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	1.236	-
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A	642	-
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	280	-
Sonae Sierra Brasil S.A.	729	-
Vale S.A	2.991	2.995
	11.013	10.468
Derivativos		
Mercados Futuros		
Opções de Futuros	-	18
Outros (Tesouraria/contas a pagar e receber)	12	3
	65.684	69.080

	2012	2011
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	10.994	23.797
Letras do Tesouro Nacional	1.784	1.576
Notas do Tesouro Nacional - Série B	22.113	10.702
Operações Compromissadas LTN-O	-	2.496
Operações Compromissadas NTN-O	15.296	-
	50.187	38.571
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S.A.	5.034	4.766
Letras Financeiras		
Banco Itaú S.A.	2.298	2.111
Banco Safra S.A.	4.036	3.700
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	625	-
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	1.187	-
Brasil Pharma S.A	694	-
Brasil Telecom S.A	1.219	-
CEMIG Geração e Transmissão S.A	1.204	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP	1.104	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	1.180	1.026
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	1.393	-
Vale S.A	2	-
	19.976	11.603
Ações		
Novo Mercado	-	172
Sem classificação	-	55
	-	227
Derivativos		
BOX-PRE	-	1.163
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	5	3
	70.168	51.567

	2012	2011
BB Itamaracá FIM LP		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	10.220	32.313
Notas do Tesouro Nacional - Série B	6.863	8.326
Operações Compromissadas LFT-O	446	-
Operações Compromissadas NTFN-O	-	<u>1.081</u>
	17.529	41.720
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	238	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	2	-2
	17.769	41.718

	2012	2011
HSBC Celpos Calhetas FIA (*)		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	2.648	-
Operações Compromissadas LTN-O	-	497
	2.648	497
Ações		
Nível 1	-	16.552
Nível 2	-	632
Novo Mercado	-	6.746
Sem Classificação	-	8.014
	-	31.944
Cotas Fundos de Investimentos		
HSBC FIA PASS IBRX	33.097	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	184	475
	35.929	32.916

	2012	2011
Mellon Capibaribe FIA		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	311	1.567
Operações Compromissadas LTN-O	1.190	1.030
	1.501	2.597
Ações		
Nível 1	15.020	13.163
Nível 2	-	455
Novo mercado	8.708	4.533
Sem classificação	8.822	10.198
	32.550	28.349
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	205	235
	34.256	31.181

(*) Em 2012, visando atender as determinações do Conselho Deliberativo quanto à implantação das novas estratégias de investimento em renda variável, foram aprovadas em ata datada de 15 de agosto de 2012 a transferência de gestão e administração do Fundo CELPOS CALHETAS FIA do Banco FATOR S.A para gestão e administração do Banco HSBC, fato ocorrido em 10 de outubro de 2012.

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2012	2011
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	2.587	1.692
Edificações	5.158	4.990
(-) Depreciação	(783)	(557)
Aluguéis a receber	90	73
Reavaliação	2.018	2.912
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	17.297	4.492
	26.388	13.623
Outros investimentos imobiliários	25	17
	26.413	13.640

Os imóveis pertencem à carteira do Plano BD, sendo compostos por uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada nas reavaliações efetuadas nos exercícios de 2010 e 2012, suportadas por laudos técnicos.

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 31 em 2012 (R\$ 30 em 2011), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Alienações de Investimentos Imobiliários.

Os aportes referentes à segunda expansão do Shopping Center Tacaruna totalizou em 2012 o montante de R\$ 553.

Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2012	2011
Empréstimos a Participantes		
Plano BD	13.526	13.389
Plano Celpos CD	3.763	3.388
	17.289	16.777

Os empréstimos a participantes são remunerados *pro rata temporis* pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a.m.

7 Permanente (gestão administrativa)

	2012	2011
Custo	377	591
(-) Depreciação	(215)	(433)
	162	158

8 Gestão assistencial

	2012	2011
Disponível	97	111
Realizável	172	152
	269	263

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais e de cobranças do SUS (Sistema Único de Saúde) referente a atendimentos pelo referido sistema, dos participantes do CELPOS SAÚDE, ambos ainda, em trâmite.

9 Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

	2012	2011
Benefícios a pagar	218	296
Retenções a recolher	601	463
Recursos antecipados	4	1
Créditos não identificados	-	6
Valores a pagar transferidos	607	591
Cobertura das despesas administrativas	443	365
	1.873	1.722

Gestão administrativa

	2012	2011
Contas a pagar		
Pessoal	146	136
Material	11	26
Serviço de terceiros	81	75
Tributos	29	27
Retenções a recolher	16	15
Valores a pagar transferidos	401	400
Repasses	9	8
	693	687

Investimentos

	2012	2011
Ações	166	15
Investimentos imobiliários	10	16
Empréstimos e financiamentos	11	12
Outras exigibilidades	48	38
	235	81

10 Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 1.868 (R\$ 1.331 em 2011).

11 Provisões matemáticas e equilíbrio técnico

Para fins de atendimento da Resolução CGPC Nº 18 de 28 de março de 2006, a análise das Hipóteses Atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2012, foi apresentada através do relatório atuarial JM/2838/2012 datado de 03 de outubro de 2012, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de outubro de 2012. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2012 e 2011:

Plano BD

	2012	2011
Taxa real anual de juros	5,5%	6%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

Celpos CD

	2012	2011
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos planos e o déficit técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

Consolidado

	2012	2011
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	10.320	456
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	589.916	550.658
	600.236	551.114
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	80.894	75.345
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	82.956	89.518
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.184	3.928
	168.034	168.791
Equilíbrio técnico	(30.988)	(28.037)
	737.282	691.868

Plano BD

	2012	2011
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	589.916	550.658
	589.916	550.658
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	82.956	89.518
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.184	3.928
	87.140	93.446
Equilíbrio técnico	(30.988)	(28.037)
Patrimônio de cobertura do plano	646.068	616.067

A situação financeiro-atuarial, em 31 de dezembro de 2012, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, patrocinado pela CELPE, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31 de janeiro de 2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, bem como avaliada com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 6% ao ano, e já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado no ano de 2012 que, na posição de 31 de dezembro de 2011,

representou reverter um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 28.037 num Superávit Técnico de R\$ 878, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 30.988, equivalente a 4,80% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 646.068.

Durante o exercício de 2012, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 13,23% (10,34% em 2011) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 12,42%, o que em termos reais, representou obter mais 6,76%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 6% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

Equacionamento do Déficit

Destacamos que, em conformidade com o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico registrado no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado no Parecer Atuarial do Demonstrativo Atuarial - DA do exercício de 2011, em vigência no Plano BD - Benefícios Definidos, a totalidade do Déficit Técnico de R\$ 28.037 existente em 31 de dezembro de 2011, deixou de existir, se revertendo, nessa mesma data, num Superávit Técnico de R\$ 878.

Em 31 de dezembro de 2012, o plano registrou um Déficit Técnico ainda não equacionado, representado pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o Valor Atual das Contribuições Futuras, devidamente deduzida do Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 30.988, de natureza estrutural, basicamente decorrente das hipóteses atuariais adotadas, de redução da meta atuarial 6% para 5,5%, conforme relatada na Demonstração Atuarial – DA, devendo o Déficit Técnico ser equacionado em conformidade com a Resolução CGPC/MPS Nº 26/2008.

No Demonstrativo Atuarial – DA 2012, está apresentado o plano anual de custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, com os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do Patrocinador para dar o devido equacionamento.

Celpos CD

	2012	2011
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	10.320	456
	10.320	456
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	80.894	75.345
	80.894	75.345
Patrimônio de cobertura dos planos	91.214	75.801

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superávit técnico acumulado ou déficit técnico acumulado.

12 Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.807 (R\$ 3.151 em 2011).

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.994 (R\$ 5.532 em 2011).

O Fundo dos Investimentos, denominado Reserva de Quitação por Morte – RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 4.376 (R\$ 3.543 em 2011).

13 Apresentação dos efeitos da consolidação

Conforme Instrução nº 34 - item 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a Gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

14 Contingência ativa - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Em atenção ao princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC 750/1993, alterada pela Resolução CFC nº 1.282/2010 e a resolução CFC nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi determinado conforme ofício 4635/2011/ CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que as EFPC não efetuem o registro contábil até que haja manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal.

15 Informações relativas às alterações nos regulamentos dos planos de benefícios

A CELPOS realizou um trabalho de modernização de conteúdo do regulamento do Plano de Benefícios Definidos - BD, tornando-o mais claro e compreensível, além de, promover algumas alterações que objetivam o equilíbrio do plano. Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, submetida ao conhecimento da Patrocinadora e posteriormente divulgada amplamente com todos os participantes, e encaminhado à PREVIC em 27 de setembro de 2012.

Quanto ao Regulamento do Plano Misto I de Benefícios – CELPOS CD, foram aprovadas em 16 de julho de 2012 as duas alterações, sendo a primeira para atender a Instrução MPS/PREVIC nº5 de 08 de setembro de 2011, a qual determina mudanças na planificação contábil padrão, nas normas complementares, na função e funcionamento das contas contábeis, e a segunda, em benefício dos participantes ativos que aderiram o Plano a partir de 2006, para incrementar suas contribuições foi implantado o percentual de 80%, antes só permitidas nas faixas de 50% e 70%.

PARECERES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, (“CELPOS” e ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Salvador, 12 de março de 2013
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1BA017715/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, (“CELPOS” e ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Salvador, 12 de março de 2013
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1BA017715/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2012, à vista dos Balançetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo Analítico dos Investimentos, levantados em 31 de dezembro de 2012, bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstra o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstra o das Obriga es Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefícios) e Demonstra o das Muta es do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Actuarial JESSÉ MONTELLLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 26 de fevereiro de 2013, JM/0556/2013 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 11 de março de 2013, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situa o patrimonial e financeira da Funda o, naquela data, estando em condi es de serem submetidos   aprecia o do Conselho Deliberativo.”

Recife, 12 de março de 2013.

Jacqueline L. do Nascimento Carvalho
Presidente

Jackeline Lira do Nascimento Araújo
Membro Titular

Cristiane Maria Lott Oliveira
Membro Titular

Patrícia Maria Santana Fidelis dos Santos
Membro Suplente

Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 19 de março de 2013, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 26 de fevereiro de 2013 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, datado de 11 de março de 2013 e do Conselho Fiscal, datado de 12 de março de 2013, e ainda levando em consideração as informações suplementares prestadas pela Diretoria na aludida reunião, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 19 de março de 2013.

Amauri Pereira da Silva
Presidente

Sandra Maria Albuquerque Torreão
Membro Titular

Rogério José Fragoso de Sousa
Membro Titular

José Carlos Medeiros Leite
Membro Titular

Almir Teles de Sá Filho
Membro Titular

André Luiz dos Santos
Membro Titular

Horácio Mário Fittipaldi
Membro Suplente

Alessandro Henrique de O. Cabral
Membro Suplente

Luiz Franklin de L. Filho
Membro Suplente

PARECER ATUARIAL PLANO BD

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 21,04% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (já considerada a existência da contribuição normal de 11,76% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

CUSTO (%)		
TIPO DE BENEFÍCIO	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias (*1)	17,92%	17,96%
Invalidez	0,57%	0,61%
Pensão por Morte	2,13%	2,27%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
SUB-TOTAL (1)	20,82%	21,04%
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	20,82%	21,04%

(*1): Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS: Na avaliação Atuarial de 2012, a idade média dos participantes não assistidos é de 50 anos.

- 2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 21,04% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2012 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais “Puras” (*1)	Em %	
Referência	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	10,41%	10,52%
Contribuição Normal da Patrocinadora	10,41%	10,52%
	20,82%	21,04%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	20,82%	21,04%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos	10,25%	11,76%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*1) “Puras” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicadas sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 21,04% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2012, de 21,04% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2012.
- 4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).
 - Em caso de necessidade, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	550.658.176,14	589.915.860,94	7,13%
Provisão de Benefícios a Conceder	93.445.522,09	87.140.341,07	(6,75%)
Provisão Matemática a Constituir			0,00%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	644.103.698,23	677.056.202,01	15,11%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) A situação financeiro-atuarial, em 31/12/2012, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, patrocinado pela CELPE, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 31/01/2006, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, bem como avaliada com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 6% ao ano, e já considerando o ajuste no Plano de Custeio realizado no ano de 2012 que, na posição de 31/12/2011, representou reverter um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (28.036.860,66) num Superávit Técnico de R\$ 878.448,59, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (30.988.238,09), equivalente a 4,80% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 646.067.963,92.
- 2) Na posição de abertura do exercício de 2012, a adoção das novas taxas de contribuição dos participantes não assistidos e assistidos e da contrapartida paritária do Patrocinador, realizada em 2012, reverteu, conforme já destacado, uma situação deficitária de R\$ (28.036.860,66) numa situação superavitária de R\$ 878.448,59 e, na posição de encerramento do exercício de 2012, a adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano no lugar da Taxa Real de Juros/Desconto de 6% ao ano, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 33.453.654,88.
- 3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada no "D.A." de 31/12/2011.

- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 ((masculina), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2011.
 - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FRACA), a mesma utilizada no “D.A.” de 31/12/2011.
 - iv) Rotatividade: Considerada Nula.
 - v) Taxa real de juros/desconto: Adotado 5,5% ao ano, ao invés dos 6% ao ano adotado no “D.A.” de 31/12/2011.
 - vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Entre 1% e 2% ao ano.
 - vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
 - viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, com base na experiência observada no ano de 2009 (estando prevista pra 2014 a revisão quinquenal dessa Experiência Regional).
 - ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- 4) Na avaliação atuarial do exercício de 2012, correspondente ao Déficit Técnico Acumulado de R\$ (30.988.238,09), tomou-se por base os Percentuais de aumento das Contribuições Normais Puras (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritárias, estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, apresentada na segunda Tabela do item “V.6.” do Parecer Atuarial (item V) do “D.A.” de 31/12/2011 (Anexo 1 ao JM/0541/2012 de 27/02/2012), ou sejam:

Período	Percentuais de aumento, já estabelecidos no Plano de Custeio de 2011, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Janeiro 2012 a Março 2012	+ 54,44%
Abril 2012 a Março 2013	+ 68,84%
Abril 2013 a Março 2014	+ 84,58%
Abril 2014 a Março 2015	+ 101,80%
Abril 2015 a Março 2016	+ 120,62%
Abril 2016 a Março 2017	+ 141,19%
Abril 2017 a Março 2018	+ 163,69%
Abril 2018 a Março 2019	+ 188,28%
Abril 2019 em diante	+ 215,52%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]} \cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal “Pura” Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição “Pura” incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1(*3)	Parcela 2(*4)	Parcela 3(*5)	Parcela 4(*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

- (*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.
 (*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.
 (*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
 (*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
 (*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
 (*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal “Pura” Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

- 5) Considerando que, conforme destacado no numeral 2 deste item V.3., com a adoção dos aumentos contributivos, já estabelecidos no Plano de Custeio de 2012, para as Contribuições Normais “Puras” Paritárias apresentados no numeral 4 anterior, o Déficit Técnico Acumulado, existente no encerramento do exercício de 2011, de R\$ (28.036.860,66) se reverteu, tomando por base a data de 31/12/2011, num Superávit Técnico Acumulado de R\$ 878.448,59, podemos dizer que, em realidade, deixou de existir, ao final de 2011, Déficit Técnico Acumulado por equacionar e, neste contexto, ao final de 2012, dentro do estabelecido na Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008, desde que o referido Déficit não seja superior a 10% (dez por cento) do exigível atuarial, só é imperativo equacionar a parcela do Déficit Técnico Acumulado de caráter estrutural, sendo relevante observar, neste aspecto, o item V.6..
- 6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2012, foi de 13,23% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,42% o que, em termos reais, representou obter mais 6,76%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 6% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, fato que representou um ganho, classificado como conjuntural, de R\$ 4.789.361,14.

NOTA: Caso, em 31/12/2012, todos os títulos de renda fixa estiverem registrados a preço de mercado o valor contabilizado como Patrimônio de Cobertura do Plano seria de R\$ 746.879.585,11.

- 7) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC Nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à

adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

- 8) Se registrava, em 31/12/2012, um saldo devedor de R\$ 143.029.139,84 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 132 meses a contar de janeiro de 2013 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

- | | |
|---|--------------------------|
| • Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2011, atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial da rentabilidade | R\$ (31.488.198,21) (*1) |
| • Reversão em 01/01/2012 do Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2011, atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade | R\$ 32.474.783,82(*2) |
| • Repercussão de ter sido obtida ao longo de 2012 uma rentabilidade líquida superior à meta atuarial de rentabilidade | R\$ 4.789.361,14(*3) |
| • Repercussão da adoção da Taxa Real de Juros/Desconto de 5,5% ao ano | R\$ (33.453.654,88) |
| • Outros Resultados Líquidos de Origens Diversas e Pulverizadas | R\$ (3.310.529,96) (*4) |
| • Déficit Técnico Atuarial registrado ao final do exercício de 2012 | R\$ (30.988.238,09) |

(*1) R\$ (28.036.860,66) × 1,1231 = R\$ (31.488.198,21)

(*2) [R\$ 878.448,59 - R\$ (28.036.860,66)] × 1,1231 = R\$ 32.474.783,82

(*3) R\$ 646.067.963,92 - R\$ 641.278.602,78 = R\$ 4.789.361,14

(*4) R\$ (30.988.238,09) - [R\$ (31.488.198,21) + R\$ 32.474.783,82 + R\$ 4.789.361,14 + R\$ (33.453.654,88)] = R\$ (3.310.529,96)

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado, existente em 31/12/2012, de R\$ (30.988.238,09), é classificado como de natureza estrutural. Neste contexto, considerando as colocações apresentadas no numeral 5 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), para realizar o equacionamento do Déficit Estrutural de R\$ (30.988.238,09), apurado no encerramento do exercício de 2012, os Percentuais de aumento, a serem estabelecidos no Plano de Custeio de 2013, para as Contribuições Normais Paritárias, passam a ser os seguintes (em substituição ao já estabelecido no Plano de Custeio de 2012), apresentados no numeral 4 do item V.3. destas Demonstrações Atuariais (D.A.), ou sejam:

Período

Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2013, para as

Contribuições Normais Paritárias (*1)	
Janeiro 2013 a Março 2013	+68,84%
Abril 2013 a Março 2014	+86,83%
Abril 2014 a Março 2015	+102,14%
Abril 2015 a Março 2016	+131,26%
Abril 2016 a Março 2017	+164,58%
Abril 2017 a Março 2018	+202,70%
Abril 2018 a Março 2019	+246,32%
Abril 2019 em diante	+333,65%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]} \cdot 100\%$$

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

I - PARECER ATUARIAL PLANO CELPOS CD :

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 5) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto Ide Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 13,25%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	9,62%	9,90%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*1)	1,32%	1,36%
SUB-TOTAL (1)	10,94%	11,26%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*1)	1,93%	1,99%
SUB-TOTAL (2)	1,93%	1,99%
TOTAL (1)+(2)	12,87%	13,25%

(*1): Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2012, a idade média dos participantes ativos é de 37 anos.

- 6) O custo total reavaliado de 13,25% será custeado, no exercício de 2013, pelas contribuições apresentadas no numeral 4 do item V.3., em conformidade com o Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, de responsabilidade dos participantes e do Patrocinador, na forma apresentada a seguir:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)(*1)	4,81%	4,95%
Contribuição Normal da Patrocinadora(*2)	8,06%	8,30%
Sub-Total	12,87%	13,25%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	12,87%	13,25%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	- %	- %
Pensionistas Assistidos	- %	- %

(*1): Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

(*2): Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

NOTA: No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2013.

- 7) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):

- Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
- Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 2) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2011 para o final do ano 2012, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	455.863,36	10.319.432,20	2.163,71%
Provisão de Benefícios a Conceder	75.345.043,89 (*1)	80.894.332,54 (*1)	7,37%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	- %
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	75.800.907,25	91.213.764,74	20,33%

(*1): Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R\$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, desde o Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 9) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 10) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “q_x da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina)”, que se mostra suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2012, alcançou o valor de R\$ 4.257.854,50 comparativamente aos R\$ 2.731.239,17 registrados em 31/12/2011.
- 11) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os “i_x da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA)”, que se mostra suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 2.731.239,17, registrado em 31/12/2011, para R\$ 4.257.854,50 registrado em 31/12/2012.
- 12) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que continuará em vigor em 2013, é basicamente o seguinte:

i) Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:

de caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR) **(*1)**; e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR) **(*1)**, sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 35 do Regulamento do Plano.

(*1): UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 305,04 (a preços de dezembro de 2012).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

- ii) **Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo:** corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.
 - iii) **Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados:** corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.
 - iv) **Contribuição Mensal para Benefícios de Risco do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.
 - v) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 40,13% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).
 - vi) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos:** 1,5% do valor da renda de pagamento continuado recebida do Plano.
 - vii) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD):** na forma de percentual do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).
- 13) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2012, de 16,52%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

- 1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426